

Entre a vida e a morte

É mais fácil condenar alguém à morte do que escrever um bom livro.

«Os Versos Satânicos» talvez seja bom, mas ninguém se vai lembrar disso.

Abriu a caça ao homem.



Uma cara que talvez já não exista

DE repente o mundo volta a falar do Ayatollah Khomeiny. Como sempre, por razões de ódio e medo. Através da rádio iraniana, o imã condena à morte um escritor britânico que supostamente insultou o Islão. A ordem dirige-se a todos os muçulmanos: façam tudo ao vosso alcance, sacrifiquem vida, família, bens, até conseguirem a execução da sentença. O mundo ocidental fica chocado, e mais chocado ainda quando percebe que o perigo é real. Os jornais ingleses trazem entrevistas com membros da larga comunidade muçulmana residente no país e percebe-se que não faltam pessoas dispostas a cumprir a ordem de Khomeiny. Para Rushdie, a única coisa a fazer é esconder-se. Deixa a sua casa e vai, juntamente com a sua mulher, para um local secreto algures na Inglaterra.

Não se trata de ficção, embora aconteça por causa de um livro: um romance de um escritor consagrado, cujas obras anteriores até estão traduzidas em português (dois romances e uma reportagem na Nicarágua, em edição da Dom Quixote). Alguns portugueses viram-no e falaram com ele o ano passado, quando esteve em Queluz no Congresso da Fundação Whea-

tland. *The Satanic Verses* é o nome da obra ímpia. Logo o título, segundo um antigo diplomata pontifício, é infeliz. «*Pode indispor, porque leva a pensar num escrito diabólico contra a religião muçulmana, independentemente da motivação do autor*».

Anteriores protestos haviam gerado banimento do livro. As passagens ofensivas

Outros livros famosos deram origem a ameaças de morte, e nem é preciso lembrar o *Index* da Igreja Católica. Mas o caso à volta de *The Satanic Verses* tem um especial sabor de anacronismo, e não é por acaso que a origem é a que é: o estado medieval do Irão. Diga-se, os problemas tiveram início muito antes da atitude tomada por Khomeiny na semana passada. Com efeito, já em Setembro de 1988 houve na Índia uma campanha para banir o livro — mesmo antes de ele ser publicado. Em Outubro, imediatamente depois da publicação em Inglaterra, circularam cópias de páginas entre diversas organizações muçulmanas deste país. Essas organizações acabaram por decidir queimar o livro em público. Entretanto, a Índia

proibiu a sua importação e edição, e igual coisa fizeram outros oito países muçulmanos e a África do Sul. Rushdie ficou também proibido de visitar qualquer deles, por motivos de ordem pública. O escritor tem dedicado boa parte dos dois últimos meses a defender o livro, sobretudo depois de terem morrido seis pessoas em manifestações de protesto no Paquistão e na Índia.

Não há dúvida que é incómodo para um muçulmano ver o profeta Maomé, ou Muhammad, tal como ele aparece no romance sob o nome e a figura de um dos dois protagonistas, um tal Mahound, o «*businessman-turned-prophet*» que recebe a mensagem divina de modo bizarro (Deus segredalhe: «*Que raio de ideia és tu? Homem ou rato*»). Tanto ele como os seus companheiros são designados de forma pouco respeitosa. «*Fucking clowns*» (palhaços de merda, numa tradução próxima em grau de injúria) e «*riff-raff*» (escória, ralé), são duas das expressões empregues. Também se chama bastardo a um dos filhos de Abraão (Ismael, aquele de cuja descendência viria a nascer Muhammad) e se insinua que as relações de Mahound com as mulheres não teriam a dignidade moral conveniente, além

de se apresentar o seu grupo como um bando de salteadores de caravanas. O facto de estas coisas surgirem nos sonhos de uma personagem parece aos muçulmanos uma desculpa fraca. Basta lembrar as reacções dos sectores católicos ao filme de Scorsese, *A Última Tentação de Cristo*. Note-se que havia neste filme, mal-grado quaisquer incorrecções teológicas, uma dignidade — ou solenidade, se se quiser — de linguagem, que está completamente ausente no romance de Rushdie, onde o tom deliberadamente «reles» de certas secções soa bastante provocatório.

Uma sensibilidade religiosa e civilizacional diversa

Não se pense que a «ofensa» seja menos sentida por cada muçulmano pelo facto de não se lhe dirigir pessoalmente. Os muçulmanos sentem profundamente tudo o que respeite à sua religião. Conforme tem sido demonstrado nos últimos anos, são capazes de horribéis martírios em defesa do seu ideal. A sua cultura está longe de ter uma componente humanista à maneira ocidental. A vida humana não é o valor superior, primordial; isto é óbvio, pelo menos em países como o Irão.

Por legítimo que seja o sentimento de ofensa dos muçulmanos, há no entanto dois aspectos a considerar. Um é que Salman Rushdie é um excelente escritor, premiado e aclamado, e as suas imaginações têm finalidades estéticas, não finalidades religiosas (ou, na circunstância, anti-religiosas). Outro é que, ainda que Rushdie tivesse querido simplesmente ofender e difamar o islamismo, nada atribui ao Ayatollah, ou seja a quem for, o direito de o ameaçar. A ameaça tem a agravante de se destinar a um cidadão estrangeiro que vive num país estrangeiro. É uma violação absoluta das mais elementares regras de convivência internacional.

O que nela se traduz é uma diferença profunda de concepções em relação ao que seja liberdade de pensamento. Se falarmos com um muçulmano culto acerca do assunto, ele é capaz de nos dizer que é a favor dessa liberdade e que ao mesmo tempo apoia a decisão de Khomeiny. Porque? Porque para os muçulmanos não há maior liberdade do que a que lhes é dada pela sua religião. Eles observam a história europeia e concluem que, a certa altura, os intelectuais tiveram de escolher entre um conjunto de superstições

As fronteiras do bom senso

Mais uma vez Khomeiny prova que é Khomeiny. E a comunidade internacional faz o que pode. Com a França e a RFA a liderar.

erigidas em artigos de fé pela Igreja Católica e a verdade científica que se oferecia aos seus olhos. Perante o dilema, inventaram o conceito de liberdade de pensamento. Foram levados ao ateísmo pela própria necessidade de pensar. Mas no Islão, onde a História foi diferente, onde não houve cientistas torturados e queimados, nada há que possa levar as pessoas ao ateísmo. «Os defensores do ateísmo no Leste não passam de cegos seguidores dos seus antigos patrões colonialistas. Querem liberdade para atacar a fé, mas para que? Na Europa, as pessoas atacaram a religião para libertarem as suas mentes da superstição e para escaparem à opressão e à tirania. Mas se a fé islâmica já nos dá toda a liberdade de que precisamos, para quê atacá-la?» Rushdie, que nasceu muçulmano, renunciou à fé, mas não a atacar a fé, é um ataque a partir de dentro, e como tal imperdoável. Sob este ponto de vista, *The Satanic Verses* é a continuação de um acto de apostasia, logo um crime punido com a morte. Convém notar que a religião islâmica, ao contrário da cristã, se estende a todas as dimensões da vida pessoal e social. O Alcorão, palavra de Deus, é ao mesmo tempo um livro de orações e um código jurídico.

O resto de uma vida literária

Para Rushdie, até agora, estes conceitos (que ele conhece perfeitamente) tinham sido matéria-prima da sua arte. Que se voltem contra ele não é nenhuma justiça poética, mas um mero acaso histórico. O seu livro não vai ser esquecido, nem pelos muçulmanos nem por ninguém. Independentemente do destino físico do autor, e até do seu destino literário final, *The Satanic Verses* vai ficar na História como uma erupção de antigos padrões de intolerância e crueldade. E talvez nasçam lendas à volta de um escritor errante, da sua fuga permanente. A história verdadeira, essa, só o próprio Rushdie a poderá escrever.

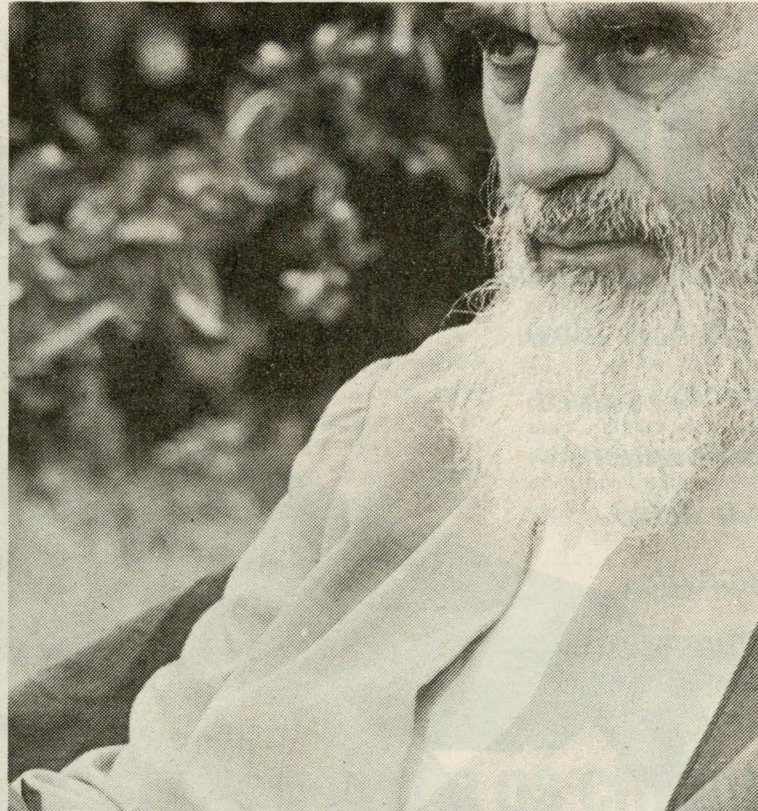
Luis Coelho

AO condenar à morte o cidadão britânico Salman Rushdie, e ao manifestar a sua intenção de executar a sentença em território de Sua Majestade, o Irão violou claramente as regras em que assentam as relações entre os Estados civilizados.

A reacção internacional foi de repúdio total. Na Europa, os ministros dos Negócios Estrangeiros da CEE «condenaram o incitamento ao assassinato como uma agressão inaceitável aos mais elementares princípios e obrigações que regulam as relações entre Estados soberanos», e sublinharam que tal comportamento é «contrário à Carta das Nações Unidas». Os ministros dos Negócios Estrangeiros dos Doze decidiram chamar às respectivas capitais os seus embaixadores em Teerão. Tal decisão foi tomada no dia 20, na sequência da reunião dos chefes da diplomacia comunitária. É de notar que, contrário ao que seria normal, não foi a Grã-Bretanha que suscitou a discussão deste assunto mas sim as delegações francesa e alemã-federal que impulsionaram a tomada de retaliações, liderando uma vez mais a posição comunitária.

Tinha sido já a França o primeiro país europeu a suspender o regresso do seu embaixador Christian Graeff a Teerão por indicação do ministro Roland Dumas, que no entanto excluiu em entrevista a aplicação de sanções económicas ou corte de relações diplomáticas.

Hans Dietrich Genscher, ministro alemão-federal dos Negócios Estran-



«Matem-no onde quer que esteja»

geiros, afirmou que «a decisão comunitária constitui um acto de solidariedade com a Grã-Bretanha e representa um sinal para garantir a preservação da civilização e dos valores humanos».

Note-se que, em Dezembro último, os britânicos tinham reatado as relações diplomáticas com Teerão e que

esta aproximação, para além de evidentes interesses económicos, permitia ao Governo de Margaret Thatcher acalentar esperanças na libertação dos reféns retidos em Beirute, dado a estreita ligação dos grupos xiitas libaneses ao regime de Khomeiny. Perante esta situação, compreende-se o cuidado do Governo conser-

vador, que só retirou os seus funcionários diplomáticos porque não lhe restou outra alternativa no quadro do direito internacional.

Geoffrey Howe, ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, ao ser interrogado sobre se haveria um corte de relações formal entre os dois países, declarou em conferência de Imprensa: «Neste momento, não há interesse em mantermos uma presença diplomática em Teerão». E mais não adiantou.

Posição oposta assumiu a Dinamarca, que defendeu no Conselho de Ministros dos Doze o corte de relações puro e simples com o Irão.

Mas na Europa não foram só os países da CEE que aplicaram retaliações sobre o Irão. Aos Doze juntaram-se a Suécia e a Noruega, que mandaram chamar para consultas os seus embaixadores.

No meio de todo este caso, é o Irão que se vê isolado internacionalmente. Visitas de delegações comerciais foram canceladas, visitas de âmbito oficial foram adiadas, e até a movimentação dos embaixadores iranianos está limitada nos países da CEE. Este é o preço a pagar pelo fanatismo religioso e, mesmo que se diga que não se receia o boicote, o povo iraniano um dia perceberá que não compensa ficar orgulhosamente só. Porque se calhar o espírito do Corão não se revela nas condenações à morte.

H.F.

A prenda de Satã

Velha raposa não aprende manhas.

Deve ser um ditado iraniano.

O «ayatollah» Khomeiny está profundamente grato a Salman Rushdie. Que afirme o contrário não espanta, mas a verdade é que nunca uma publicação serviu tão bem os desígnios do regime iraniano, ou melhor, de uma facção desse regime. De facto, o empolamento internacional da condenação do livro *The Satanic Verses* significa, antes de tudo o mais, uma luta interna pelo poder no país do fundamentalismo.

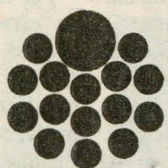
Khomeiny aspira a ser o líder espiritual de todo o mundo islâmico e o sucesso da revolução iraniana é condição para atingir esse objectivo. Mas, dez anos após o derrube do Xá, a situação interna do país é preocupante. Entusiastas de uma intervenção armada no Iraque, para derrubar o regime Baath do presidente Hussein e alargar ao Golfo a influência islâmica, os iranianos não só viveram o espectro da destruição maciça como,

suprema humilhação, o grito de, «Guerra, guerra até à vitória» não ficou gravado na memória da História. Com uma economia arruinada pelo esforço de guerra e um número elevado de perdas humanas, o idealismo revolucionário parece estar a desaparecer e a dar lugar ao julgamento realista dos acontecimentos por parte de quem sofreu inutilmente. E, se este sentimento se generalizar, pode ser perigoso para os fundamentalistas islâmicos. Daí que surjam divergências entre os dirigentes iranianos e se posicionem claramente duas facções: os moderados e os extremistas radicais, ou de outro modo, os políticos e os religiosos.

Entre os primeiros sobressaem o presidente iraniano Ali Khamenei, o presidente do parlamento Akbar Rafsanjani e o ministro dos Negócios Estrangeiros Velayati. Para este grupo moderado, a reconstrução do Irão

passa a um aumento do sector privado da economia e por uma participação dos países ocidentais na reconstrução do país. Aliás, nos últimos tempos foi nítido o esforço de aproximação diplomática à França, Grã-Bretanha e Canadá, tendo Teerão recebido mesmo a visita dos ministros de Negócios Estrangeiros destes países. Também em relação aos EUA se desejava criar um ambiente de diálogo. Concessões a mais, entenderam os radicais religiosos. Assim, decidiram utilizar o único meio possível — reavivar o fanatismo religioso e apelar à luta contra o grande Satã. Receita nada original mas, por enquanto, eficiente. A revolução é ainda uma criança. E é assim que o livro de Rushdie cai do céu (ou do inferno) para salvar a revolução de Khomeiny. A jogada dos radicais foi brilhante. Contra o Imã ninguém avança e todos calam.

Henrique Freitas



INSTITUTO DE NOVAS PROFISSÕES

CURSOS DE: Relações Públicas e de Publicidade, Organização e Gestão de Empresas, Turismo, Gestão de Empresas Turísticas, Gestão da Qualidade, Secretariado de Direcção e Assistentes de Administração.

Avisam-se os candidatos à primeira matrícula em qualquer destes cursos, no próximo ano lectivo de 1989 / 90, de que é indispensável, por imposição legal, inscreverem-se, até 3 de Março, para a prova geral de acesso ao Ensino Superior, à qual terão de submeter-se nas datas e locais oficialmente fixados.

INFORMAÇÕES

R. Bernardo Lima, n.º 5 - Lisboa
Telefs. 55 53 19, 55 60 11, 54 06 82

O Terceiro Mundo

SALMAN Rushdie tem sido um escritor entre dois mundos. Um é o mundo europeu ocidental, onde vigora o princípio — liberdade de expressão — que lhe permitiu escrever e publicar um livro como *The Satanic Verses*. Outro é o mundo islâmico. Quando se nasce muçulmano (em Bombaim, Índia, 1947), é perigoso brincar com o assunto.

Talvez Rushdie tenha pensado que os seus muitos anos passados em escolas inglesas o qualificavam automaticamente como inglês. Estudante em Rugby e mais tarde em Cambridge, Rushdie formou-se em 1968. Passou um ano no Paquistão antes de optar definitivamente pelas Inglaterra. Casou com uma inglesa que lhe deu um filho e de quem se divorciou em 1987. Entretanto, trabalhou em *slogans* publicitários. *Grimus*, sua estreia como ficcionista, constituiu um fracasso. A segunda tentativa, o romance *Midnight's Children*, foi um êxito internacional. Entre vários prémios e dois outros livros, Rushdie foi exorcizando os seus fantasmas. Ultimamente pensava em regressar à Índia. «É preciso cimentar a relação», disse numa entrevista. Agora é tarde. Aos seus dois mundos veio acrescentar-se, quem sabe se para sempre, um terceiro: o da clandestinidade.

L.C.

A liberdade de pensamento não é o direito de pensar sozinho. É o exercício de pensar com os outros. Se o escritor não publica, não há liberdade que lhe valha. Que nos valha a nós.

Os editores habituais de Rushdie tiveram um comportamento exemplar ao longo das duas últimas semanas? Nem por isso. Começando por Portugal. As Publicações Dom Quixote afirmam nunca haverem tencionado pegar em *The Satanic Verses*. Essa hipótese, antes do problema com o Irão surgir, estava a ser encarada com grandes hesitações, dada a fraca receptividade do mercado português aos três livros anteriores de Rushdie.

É de acreditar que sim. Mas o argumento comercial deixa de valer quando pensamos que *The Satanic Verses*, a sair agora, depois de toda a publicidade de que foi alvo, venderia, de certeza, muito bem. Se a Dom Quixote afirma eufemisticamente que «continua a estudar a hipótese de publicar o livro», ao mesmo tempo que avança uma série de razões para a não publicação (negando contudo, estranhamente, que haja qualquer interferência de considerações de se-

gurança), que conclusão tirar? Algum empenho em passar a batata-quente parece transparecer na forma pronta como a Dom Quixote (DQ) admite que outras editoras portuguesas possam vir a interessar-se pelo livro. «*O nosso exclusivo da obra de Rushdie é um exclusivo puramente teórico*», disse o representante da DQ, ao mesmo tempo que insistia: «*A nossa posição em relação a este livro não foi alterada pelos acontecimentos*».

Mais sincera, se calhar, foi a editora francesa Christian Bourgois. Ao reter a publicação da tradução francesa da obra, reconheceu que se tratava de uma decisão justificada pela «*gravidade da situação actual, que põe em perigo a segurança do pessoal da firma, dos seus clientes e leitores*». A sua preocupação encontrou eco. O ministro francês do Interior mandou estabelecer vigilância policial à residência do director da editora. Quanto ao Sindicato dos Editores, preferiu remeter o assunto para as entidades internacionais da área. Ninguém deseja correr riscos. Uma possibilidade em discussão é fazer-se uma edição «pirata» mais ou menos autorizada, ou tolerada, pelos

poderes públicos e por Christian Bourgois.

Há medo e confusão nos meios editoriais. Já se constata a existência de um «*síndrome Rushdie*». Países como a Espanha, os Estados Unidos ou o Canadá (neste último o Governo foi ao ponto de suspender as importações do livro) tiveram reacções que mostram bem o peso de uma ameaça como a proferida pelos dirigentes iranianos. De resto, são as próprias livrarias as primeiras a reagir, em muitos casos, retirando, pura e simplesmente, o livro dos escaparates. Foi o que fez, por exemplo, a famosa cadeia de livrarias Waldenbooks, em Nova Iorque.

Um dos poucos «heróis» da edição é a casa italiana Mondadori. Ao anunciar a publicação para muito breve de *The Satanic Verses*, a Mondadori conseguiu suscitar a ira do embaixador iraniano junto da Santa Sé, Salman Ghaffari. Numa entrevista a um mensário, aquele diplomata declarou que «*a sentença de morte deverá aplicar-se aos responsáveis da editora italiana. Esta é a lei de Alá, esta é a vontade do imã Khomeiny*». Pedindo a intervenção do

Papa para «*bloquear a publicação do livro blasfemo*», Ghaffari manifestou a convicção de que mesmo entre a reduzida comunidade muçulmana que vive em Itália, haveria fiéis dispostos a cumprir a sentença de Khomeiny. E passou a justificar o convite público ao assassinio, recorrendo a comparações com textos do Velho Testamento, em que se prevê a pena de morte para crimes como o adultério. «*O pecado do escritor inglês é muito mais grave do que o cometido por um adúltero, porque tem uma dimensão social*», disse. «*Os católicos devem perceber bem isto*».

Além da Mondadori, poucas editoras revelam a coragem de publicar um livro cujas potencialidades comerciais são inegáveis. Já houve abaixo-assinados de escritores e diversas atitudes individuais. Uma das mais incisivas foi a de Anthony Burgess, que escreveu, preto no branco, no «*The Independent*»: «*O que a sociedade secular pensa do profeta Muhammad é da sua conta*». O que essa sociedade lê, no entanto, é da conta dos editores. E é isso que agora é importante.

L.C.

Fora do mercado

Os editores vacilam, hesitam, dão explicações que convencem pouco. Alguns mostram coragem.

EDITORAS

TANDY®
INFOORGAL

TANDY
COMPUTERS

DO INFINITAMENTE PEQUENO AO INFINITAMENTE GRANDE

COMPUTADORES TANDY
AGORA NA INFOORGAL

Liderança decisiva pela dinâmica, criatividade, antecipação de novas performances — processadores de alta velocidade, expansão assegurada e versatilidade de soluções — os computadores TANDY oferecem a melhor relação preço/qualidade.

A INFOORGAL tem o privilégio de oferecer no mercado português a mais rica gama de computadores americanos e o melhor serviço em Portugal.

A ALTERNATIVA*

TANDY
INFOORGAL

O 1.º COMPUTADOR NOS ESTADOS UNIDOS O MELHOR SERVIÇO EM PORTUGAL

*DESCUBRA ALTERNATIVA NOS NOSSOS ESCRITÓRIOS EM LISBOA TEL. (01) 73 40 57. PORTO TEL. (02) 48 91 27. SETÚBAL TEL. (065) 2 88 65. OU ATRAVÉS ATRAVÉS DOS CONCESSIONÁRIOS INFOORGAL EM TODO O PAÍS